

1.2.14. Processo nº 002255-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Núcleo de Prevenção da Saúde Ltda. - PREV SAUDE

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em contratos firmados pela Secretária de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará com a Empresa Prev Saúde.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, pela prescrição de eventual ato de improbidade administrativa e pela não comprovação da ocorrência de dano ao erário.

1.2.15. Processo nº 000615-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar o atendimento às recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 007/2007-AGE adotadas pela SEFA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, por eventual responsabilização de improbidade administrativa e ação de ressarcimento ao erário já ter sido alcançada pelo instituto da prescrição.

1.2.16. Processo nº 000336-151/2016

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar notícia anônima de que o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará teria servidores comissionados em desvio de função.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, pela ausência de elementos que indiquem ato de improbidade administrativa.

1.2.17. Processo nº 000054-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jhoni Castro Rodrigues

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar denúncia de acumulação ilícita de cargos públicos por servidor que, supostamente, possuiria vínculo com a Prefeitura Municipal de Marabá e com a Polícia Militar do Estado do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.18. Processo nº 000643-094/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

Origem: 3ª PJ de Santa Izabel do Pará

Assunto: Apurar denúncia feita neste Órgão ministerial quanto ao aluguel da estrutura da caixa d'água, realizando pelo Diretor da SAAE, a uma empresa de tecnologia/internet, conforme documentação anexa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, pela solução da demanda apresentada ao Parquet.

1.2.19. Processo nº 015433-003/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Presidente do IPAMB - Instituto de Previdência do Município De Belém

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar descumprimento de decisão judicial pelo Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.20. Processo nº 000142-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Casa de Show Clube da Cerveja

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar reclamação anônima a respeito do bar denominado "casa de show clube da cerveja", que vinha supostamente incorrendo em poluição sonora.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.21. Processo nº 002128-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar representação apresentada pelo deputado estadual Carlos Bordalo, por possível prática de ato de improbidade administrativa em razão da autorização para instalação, no entorno de área tombada do bairro cidade velha, do estabelecimento denominado "shopping Bechara Mattar Diamond".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, por ausência de indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa.

1.2.22. Processo nº 000025-150/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Cooperativa de Comunidade do Estado do Pará

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar apresentação de projetos fictícios perante a FUMBEL - Fundação Cultural do Município de Belém, com o fim de apropriação de dinheiro público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, por ausência de indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa.

1.2.23. Processo nº 002258-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar impropriedades apontadas em relatório de fiscalização da AGE N.º 04/2007, a respeito do Contrato de Gestão n.º 98/2005.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.24. Processo nº 000076-200/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar contratação de Editora de Livros Didáticos - Sem Licitação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.25. Processo nº 000062-804/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Nilma Carla Araujo da Silva - Comandante da Guarda Municipal de ATM

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar notícia de eventual ato de improbidade administrativa praticado pela Senhora N.C.A.S. junto à Guarda Municipal de Altamira.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.26. Processo nº 000317-182/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Alan de Souza Azevedo

Origem: PJ de Tucumã

Assunto: Apurar eventual desvio de verbas públicas realizado pelo Sr. Alan de Souza Azevedo, prefeito da cidade de Tucumã na gestão entre 2005 e 2008.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, devendo os autos serem remetidos, com a devida urgência, ao Ministério Público Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis, por força da Resolução nº 005/2014 - MP/CSMP.

1.2.27. Processo nº 000268-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"/ Unidade Altamira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades em afastamentos de servidor do Centro de Perícias Científicas sem autorização legal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, por ausência de indícios da ocorrência de ato de improbidade administrativa.

1.2.28. Processo nº 000688-940/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Obras - SEVOP/MARABÁ

Origem: 11ª PJ de Marabá